

Diagnóstico agrícola do município de Inhambane em Moçambique: possibilidades para o desenvolvimento da agroecologia

Agricultural diagnosis of Inhambane municipality in Mozambique: possibilities to agroecology development

Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo
Universidade Eduardo Mondlane
helazevedo@uem.mz

Mariana Pontes Campos
Universidade Federal de Goiás
maripontespba@gmail.com

Resumo

O presente artigo é resultado de um projeto que está sendo desenvolvido entre Universidade Federal de Goiás - Instituto de Estudos Sócio Ambientais e a Universidade Eduardo Mondlane - Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane. A proposição deste projeto justifica-se em contribuir para a “construção de metodologias participativas que abordem aspectos e particularidades culturais, socioambientais e econômicas” que permitam diagnósticos e proponentes de soluções e avanços científicos e tecnológicos” no desenvolvimento local do município de Inhambane em Moçambique. O objetivo central deste artigo é de, por meio de um diagnóstico da produção agrícola atual, verificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que possibilitem ou inibem o desenvolvimento da agroecologia neste município turístico. Diante das experiências da pesquisa desenvolvidas, em gabinete e no campo, no município de Inhambane, confirma-se o grande potencial existente no que diz respeito à organização da cadeia produtiva agroecológica e sua possível relação com o abastecimento do mercado local, no geral, e o mercado turístico de forma específica. O estudo identifica, igualmente, cenários de rotura na inserção dos produtos em mercados locais e estabelecimentos turísticos. Essa relação, de contorno da rotura, poderá se efetivar, principalmente, por meio do abastecimento de produtos produzidos localmente aos empreendimentos de alojamento turístico e a outros estabelecimentos públicos, como residências escolares, cadeias, creches, etc., promovendo maior sustentabilidade aos setores agrário e turístico no município.

Palavras-Chave: Agricultura. Agroecologia. Potencialidade. Inhambane.

Abstract

This article is the result of a project that is being developed between the Federal University of Goiás - Institute for Environmental and Social Studies and Eduardo

Mondlane University - School of Hospitality and Tourism of Inhambane. The proposition of this project is contribute to the "construction of participatory methodologies that address issues and cultural particularities, social environmental and economic" enabling diagnosis and proponents of scientific and technological advances and solutions" in the local development of Inhambane municipality and Brazilian Cerrado regions. The main objective of this article is through a diagnosis of the current agricultural production, verify strengths, weaknesses, opportunities and threats that enable or inhibit the development of agroecology in this tourist city. The search of experiences developed in cabinet and in the field, in the city of Inhambane, confirms the great potential with regard to the organization of agro-ecological production chain and its relation to supply the local market and the tourist market. The study identifies also rupture scenarios in the integration of products on local markets and tourist establishments. This relationship, to change the rupture, can be effective, especially through the supply of locally produced products to tourist accommodation enterprises and other public facilities such as school residences, prisons, day care, etc., promoting greater sustainability to the agricultural sectors and tourism in the county.

Key-words: Agriculture. Agroecology. Potentiality. Inhambane

Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa executada via Cooperação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do projeto “*Sementes crioulas, quintais agro-ecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro as savanas em Inhambane/Moçambique*”, realizado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Para realizar o diagnóstico agrícola do município de Inhambane, foi necessário compreender os conceitos, as experiências e oportunidades da agroecologia enquanto alternativa para o atual modelo de agricultura moderno/convencional aplicado em todo o planeta.

Desse modo, através de trabalhos de campo com entrevistas, aplicação de questionários e observação dos espaços de cultivo, realizados com as associações de camponeses/as pertencentes à União de Camponeses da cidade de Inhambane (UCCI) no ano de 2015, e consulta de dados junto ao Conselho Municipal da cidade de Inhambane (CMCI) no mesmo período, foi realizada uma análise, por meio da matriz *SWOT/FOFA*, que possibilitou o diagnóstico do potencial para desenvolvimento da agroecologia em Inhambane, associado, igualmente, ao setor turístico. Verifica-se, também, que esse potencial será viável

por meio do fortalecimento da união entre os/as camponeses/as, bem como da intervenção e apoio do poder público nessas iniciativas, principalmente na produção de diretrizes/normativas legais que possibilitem a comercialização direta em estabelecimentos comerciais e instituições públicas.

Agroecologia e suas múltiplas oportunidades

A Cartilha Agroecológica do Instituto Giramundo Mutuando (2005) conceitua a Agroecologia¹ como uma ciência emergente que busca uma maneira mais integrada de lidar com a produção agrícola, a partir da união de saberes tradicionais com o conhecimento científico transdisciplinar, unindo diferentes ciências (Agronomia, Ecologia, Biologia, Sociologia, Antropologia, dentre outras). Ela - a agroecologia - visa compreender “o contexto e a complexidade dos agroecossistemas² e os princípios que regulam seu funcionamento” (ANDRADE, 2013), para desenvolver conceitos, técnicas e práticas que construam “uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável” (LEFF, 2002).

Segundo o Instituto Giramundo Mutuando (2005), a agroecologia tem o objetivo de fortalecer a vida rural dos/as camponeses/as, por meio de ações para:

- Reforçar a organização camponesa em associações/cooperativas, bem como estratégias participativas para trabalho em grupo;
- Incentivar políticas públicas de reforma agrária, crédito rural, assistência técnica e extensão rural agroecológica;

¹ “A palavra agroecologia deriva do cruzamento da ecologia com a agronomia, ocorrido ao final de 1920 (...) A aplicação da ecologia à agricultura passa a ganhar maior destaque ao longo dos anos de 1960 e 1970 (...) A partir de 1980, a agroecologia se estrutura como uma metodologia e uma estrutura básica conceitual distinta para o estudo de agroecossistemas” (ANDRADE, 2013).

² A palavra agroecossistema deriva do termo ecossistema: “um determinado espaço onde existem inter-relações entre os seres vivos e destes com o meio ambiente. Pode ser uma região, uma bacia hidrográfica, uma comunidade, uma propriedade agrícola, um lago ou uma poça d’água. Agroecossistema é um sistema agrícola (uma lavoura ou propriedade, por exemplo) compreendido como um ecossistema”. (MEIRELLES et. Al., 2006).

- Realizar espaços de diálogos e trocas de saberes e experiências entre os/as camponeses/as e os/as técnicos/as por meio do Diagnóstico Rural Participativo (DRP)³;
- Produzir, para consumo familiar e para abastecer o mercado local e regional, com autonomia de gestão da produção e da comercialização para a família do/da camponês/sa;
- Utilizar tecnologias e equipamentos adaptados à realidade local, por meio de análise profunda do agroecossistema do qual se é parte;
- Promover o resgate pela autonomia da produção e conservação das próprias sementes crioulas/nativas;
- Respeitar a conservação física e química do solo, do ar e da água por meio do manejo ecológico dos recursos naturais: adubação orgânica; implantação de sistemas agroflorestais (saf's), rotação de culturas, policultivos (cultivos consorciados), quebra-ventos, defensivos e fertilizantes ecológicos, dentre outros.

Além das ações acima mencionadas, a agroecologia possui vários outros saberes, conhecimentos, técnicas e práticas para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Ela se mostra como uma alternativa para os atuais modelos de agricultura moderna/convencional, aplicados em muitos países, que visam atender a uma demanda mercadológica de alimentos e produtos agrícolas, sem haver uma preocupação com a preservação do meio ambiente e principalmente com os impactos destes na saúde dos consumidores.

Um dos maiores impactos gerados pela agricultura moderna/convencional ocorre pelo uso exacerbado de agrotóxicos e insumos químicos na produção agrícola, que além de envenenar os alimentos, prejudicam a saúde dos trabalhadores do campo, contaminam o ar, o solo e a água. Há também o uso arriscado de organismos geneticamente modificados (OGM). Para além desses problemas mencionados anteriormente, FARIA (2014) explica que esse modelo de agricultura

³ Corresponde a uma metodologia de criação e compartilhamento de conhecimentos para análise dos pontos positivos/negativos para planejamento de ações de interesse da comunidade rural.

[...] vem sendo a atividade de maior impacto ambiental nos últimos tempos. O desmatamento; o uso incorreto dos solos; a erosão; a desertificação; a perda da biodiversidade; o assoreamento dos rios; poluições; destruição de mananciais e geração de resíduos são alguns exemplos de problemas frequentemente apontados. (FARIA, 2014, p. 1).

Diante do cenário mencionado, surgiram organizações que promovem e difundem a agroecologia como alternativa ao modelo de produção hegemônico. São elas, por exemplo, no Brasil, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Estas organizações promovem encontros e congressos para discussão, apresentação e publicação de trabalhos e projetos vinculados à agroecologia e áreas afins.

Além disso, essas organizações também integram diversos espaços de proposição e construção de políticas públicas essenciais para o combate ao agronegócio⁴ e o fortalecimento da Agroecologia no Brasil. Um exemplo dessa ação é a participação da ANA na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), comissão criada para elaboração e monitoramento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), “política pública criada pelo Governo Federal Brasileiro para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável” (PLANAPO, 2013, p. 2).

O PLANAPO faz parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), lançada pelo Governo Federal Brasileiro em agosto de 2012, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo uma análise realizada pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), em março de 2015, essa política tornou-se uma conquista dos movimentos sociais dos campos, das águas e das florestas, pois a Agroecologia

[...] é portadora de conceitos e métodos destinados a reestruturar os sistemas agroalimentares, proporcionando a conjugação do uso sustentável dos bens da natureza, a produção de alimentos saudáveis em quantidade, qualidade e diversidade, a distribuição justa e equitativa das riquezas sociais com base nos fundamentos da economia solidária, o estabelecimento de relações mais equilibradas entre o mundo rural e urbano e a preservação do patrimônio cultural. (CNAPO, 2015).

⁴ O termo agronegócio é reducionista ao passo que considera apenas o aspecto econômico da atividade agrícola: agricultura vista estritamente como um negócio. Nesse sentido, desconsidera-se o modo de vida do/da camponês/sa como uma tradição milenar, que carrega consigo uma história e uma cultura própria.

Para além das organizações acima mencionadas e das políticas públicas de incentivo à produção agroecológica, que começam a ser efetivadas no Brasil, no século XXI, muitos movimentos sociais, como a La Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento Camponês Popular, entre outros movimentos, já realizam, há muito tempo, práticas de resistência à agricultura moderna/convencional e desenvolvem uma agricultura sustentável.

Em Moçambique, a União Nacional dos Camponeses (UNAC), a partir das trocas de experiências que possui com outros movimentos internacionais, têm estado a disseminar, nas diversas associações que a integram, práticas inerentes às atividades agroecológicas apesar de não existirem vitórias no campo da produção de leis/programas que suportem às iniciativas de agroecologia no país.

A partir das experiências comentadas acima e da pesquisa de campo⁵ realizada em Inhambane, constata-se que há um forte potencial para o desenvolvimento da agroecologia, por meio da Associação de Camponeses da Cidade de Inhambane (UCCI).

A UCCI integra a UNAC, movimento que representa o setor familiar de camponeses de Moçambique. A UNAC (2015) possui uma visão, em seu manifesto, de trabalhar com a Agroecologia, pois observa que por meio dela, é possível

Melhorar a reciclagem de biomassa e otimizar a disponibilidade de nutrientes; assegurar condições de solo favoráveis para o desenvolvimento das plantas; minimizar as perdas causadas pelos fluxos de radiação solar, ar e água; diversificar, no tempo e no espaço, as espécies do agroecossistema e melhorar as interações e sinergias biológicas. (UNAC, 2015).

As asserções identificadas pela UNAC são em si orientações que possibilitam uma alternativa sustentável à produção alimentar em Moçambique, visto que, as práticas da agricultura convencional estão aí instituídas.

Tendo em vista a conjuntura apresentada, a agroecologia apresenta múltiplas oportunidades para solucionar esse e demais desafios enfrentados pelos agricultores, pois ela

⁵ Pesquisa realizada via Cooperação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do projeto “*Sementes crioulas, quintais agro-ecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro as savanas em Inhambane/Moçambique*”.

é uma prática embasada em uma produção orgânica e diversificada. Essa diversidade promove a conservação do solo, do ar e da água - promovendo um equilíbrio ecológico - ao mesmo tempo que possibilita uma alimentação mais rica e saudável para famílias produtoras e para o mercado o qual abastece; e gera também, dessa forma, maior estabilidade e produtividade para o/a produtor/a, pois este não se sujeita a mercado exclusivo de um produto.

Assim, nos próximos pontos, descreve-se a estrutura do sector agrícola de Inhambane, seus mercados reais e potenciais e oportunidades de desenvolvimento da agroecologia.

Organização do sistema de produção associado no município de Inhambane

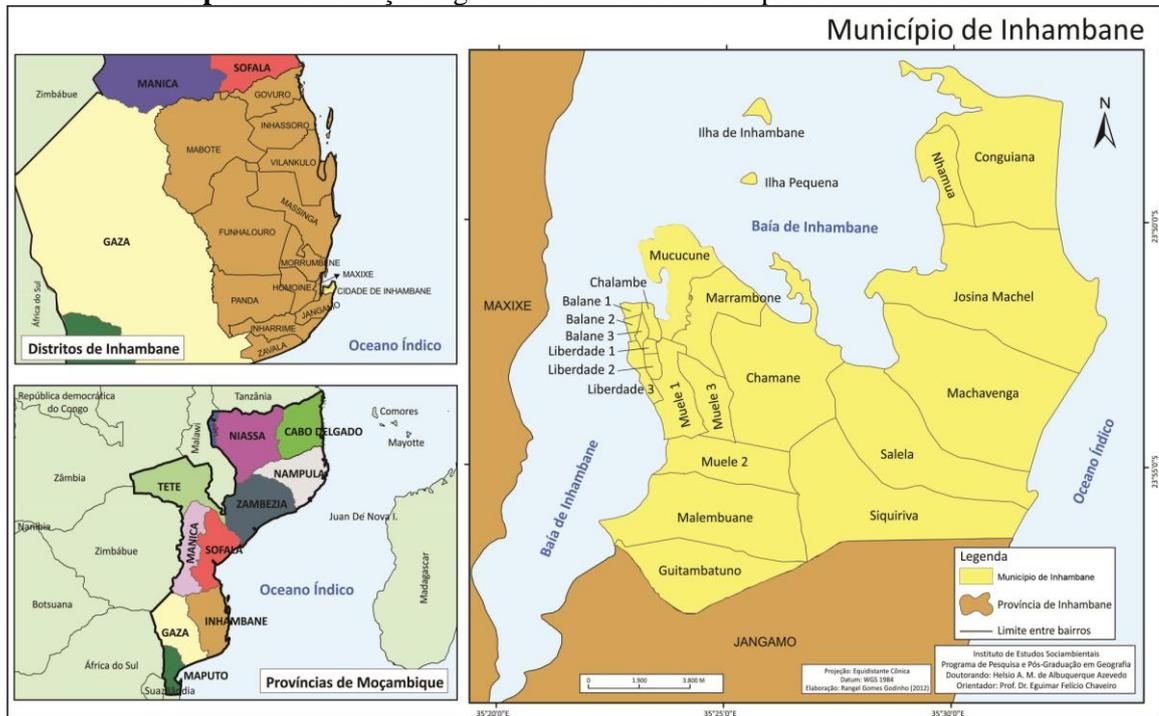
O município de Inhambane situa-se na região Sul de Moçambique, na parte sudeste da província de Inhambane, a aproximadamente 460 km ao norte da cidade de Maputo, capital moçambicana; a 260 km ao norte de Xai-Xai e a 740 km ao sul da cidade da Beira, a segunda maior cidade do país (BILÉRIO, 2007). De acordo com Nhantumbo (2007, p. 16), o município

Encontra-se localizado na região sul de Moçambique e ocupa uma parte da zona costeira da província de Inhambane. Situa-se entre as latitudes 23°45'50" (Península de Inhambane) e 23°58'15" (Rio Guiúá) Sul, e as longitudes 35°22'12" (Ponta Mondela) e 35°33'20" (Cabo Inhambane) Este, cobrindo uma parte continental e duas ilhas.

Esse município é a capital da província de Inhambane⁶ e segundo o Instituto Nacional de Estatística (MOÇAMBIQUE, 2010) ocupa uma superfície de 195 km², que perfaz uma área de 0.3% do território total da província, limitando-se ao norte pela Baía de Inhambane e o Oceano Índico; ao sul, pelo Distrito de Jangamo, pelo rio Guiúá; ao leste pelo Oceano Índico e ao oeste, pela Baía de Inhambane (conforme mostra o Mapa 1).

⁶ Moçambique adota uma divisão territorial diferente da do Brasil. As províncias são as maiores unidades territoriais de Moçambique, subdividindo-se em distritos, postos administrativos e as localidades. Incluem-se também as autarquias (municípios). É padrão no país que um dos municípios seja a sede ou capital da província, como é o caso da área de estudo.

Mapa 1 - Localização regional e limites do município de Inhambane



Organização: Azevedo, 2012. **Elaboração:** Godinho, 2012. **Fonte:** CENACARTA, 2012.

De acordo com os dados coletados no CMCI (2015), e por meio de atualizações realizadas com a UCCI e com os Serviços Distritais de Atividades Económicas de Inhambane (SDAE), há, neste município, organização das populações para praticar a atividade agrícola em associações, isto é, a agricultura é uma das atividades econômicas que se desenvolve neste município. Estes, em grupo, constituem-se em dezesseis associações, conforme se apresenta no quadro 1.

Quadro 1 – Associações que compõe a UCCI

Nº	Associação	Líder	Bairro
1	Associação 7 de Abril	Saíde Amélia	Marrabone e Siquiriva
2	Associação 7 de Setembro	Andrade F. Muchanga	Muéle 1
3	Associação 25 de Junho	Xadrique Cumbane	Muéle 1
4	Associação 04 de Outubro	Eduardo Muando	Guitambatuno
5	Associação de Conguiana	Armando	Conguiana
6	Associação da Liberdade	Pedro Fanheiro	Liberdade
7	Associação Comunitária de Chamane	Samuel Muinhe	Chamane
8	Associação das Zonas Verdes	Bernardo Musselafo	Muéle 1
9	Associação de Camponeses 24 de Julho	Samuel Laquene	Siquiriva
10	Associação Comunitária Agropecuária 15 de Outubro	Joana Zefanias	Salela
11	Associação Agropecuária de Marrabone	Caetano Manuel	Marrabone

12	Associação Chalambe	Celina	Chalambe 2
13	Associação dos Correios	SI	SI
14	Associação Malembuane	Matsinhe	Nhapossa
15	Associação Muelé 2	Ganune	Muelé 2
16	Associação Chivanene	Elias Bulande	Chivanene

Fonte: Dados obtidos na entrevista realizada no município na UCCI e CMCI. **Legenda:** SI-Sem Informação

A UCCI pertence ao Núcleo Provincial de Camponeses de Inhambane que, por sua vez, integra a UNAC. Apesar de constarem do quadro 1, a Associação Liberdade e a Associação dos Correios não foram identificadas, na sua sede, no trabalho de campo. Os números quatorze, quinze e dezesseis, correspondentes às associações, no quadro 1, são grupos que estão organizados em um trabalho coletivo, mas que ainda não se constituem associações, visto que, não possuem reconhecimento jurídico pelas autoridades locais.

Do total de associações apenas cinco são oficializadas pela entidade legal, nomeadamente, Zonas Verdes, 7 de Setembro, 7 de Abril, Conguiana e 25 de Junho. As que não são oficializadas apresentam como justificativa, principalmente, as dificuldades enfrentadas com a legalização da documentação necessária, falta de informação e apoio técnico para o efeito.

Há uma ideia que norteia a organização em associações que é a de haver uma machamba⁷ coletiva para campo de demonstração de resultados (CDR), além das machambas individuais dos membros. De forma coletiva, os membros trabalham na realização de experiências para aprimorar técnicas agrícolas. Das quatorze associações entrevistadas, nove possuem sua área dividida entre machambas individuais e coletivas, são elas: Zonas Verdes, 7 de Setembro, 15 de Outubro, 7 de Abril, Conguiana, 24 de Julho, Marrambone, Chamane e 25 de Junho.

As associações que não possuem machamba coletiva possuem a principal justificativa de falta de espaço suficiente para tal. O tamanho das machambas individuais, na maioria das vezes, é distribuído de acordo com a capacidade de trabalho dos membros.

⁷ Áreas de cultivo agrícola.

Os líderes das associações são escolhidos por processos democráticos, apesar de haverem relatos, dos membros de associações, que informam que não há regularidade nos pleitos eleitorais, incluindo a eleição do líder da UCCI.

Diagnóstico agrícola do município de Inhambane

Uma das formas de conhecer e perspectivar determinada realidade é responder as questões: “onde estamos agora?” e “onde queremos chegar?”. Estas questões sugerem, depois de respondidas, mecanismos para alcançar determinado objetivo. A técnica de diagnóstico ajuda a compreender realidades específicas que podem ser alteradas mediante a compreensão real de determinado fenômeno estudado. A Organização Internacional do Trabalho (2004, p. 87) define o diagnóstico como:

Todo o processo de recolhimento, análise e interpretação de dados, no âmbito de um plano, com o intuito de identificar os tópicos estratégicos que deverão servir de Quadro de referência para a determinação de objetivos a serem alcançados. O objetivo do diagnóstico é o de estabelecer uma identificação correta das fragilidades, ameaças, forças e oportunidades no passado, presente e futuro nos níveis externo e interno, do território e dos seus recursos em relação ao desenvolvimento futuro.

O diagnóstico contribui, de igual modo, para a criação de informações da área que comparadas, somadas e interpoladas, ressaltam as principais características e fornecem indícios da dinâmica da região. Sua importância reside na apresentação de uma visão analítica do fenômeno em estudo em determinado espaço, nas variáveis que a determinam e das relações mais importantes. De igual modo, o diagnóstico, é relevante porque contribui para compreensão das fragilidades do assunto estudado (SANTOS, 2004). Vale referir que este estudo se constitui como exploratório, pois não existem trabalhos que evidenciem a produção e comercialização agrícola de forma associada neste município.

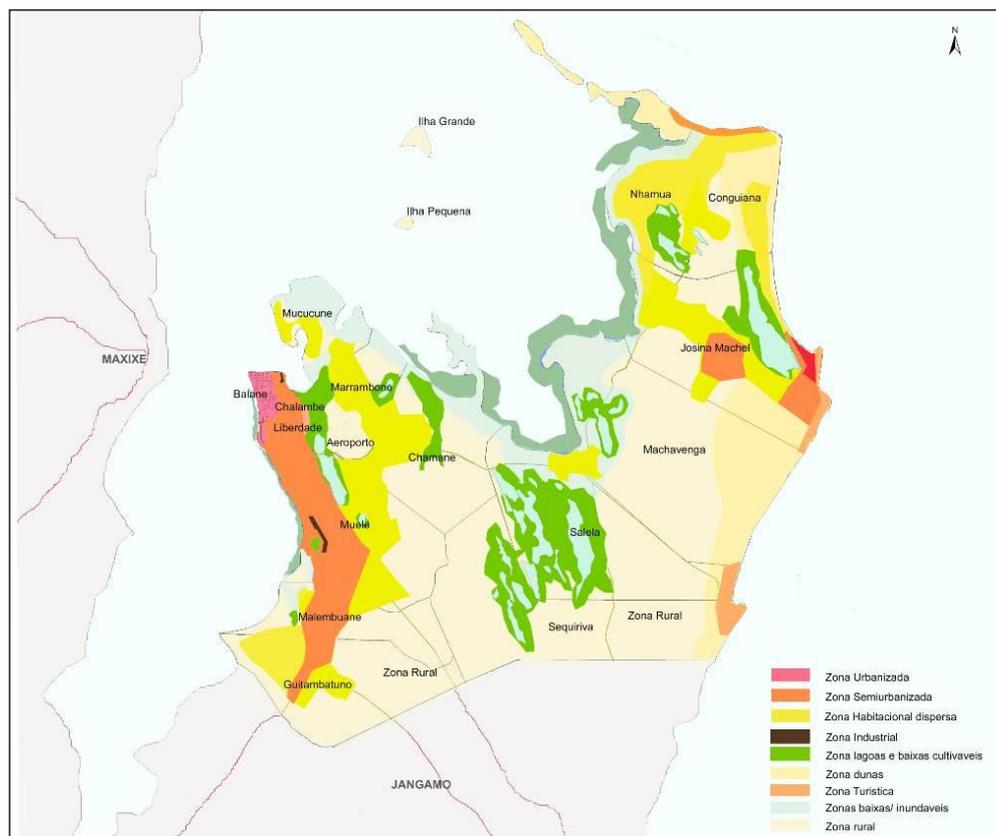
Este trabalho orientou-se na realização de um diagnóstico do setor agrícola associado, do município de Inhambane, para auferir práticas de desenvolvimento agroecológico e/ou verificar potencial para desenvolver este tipo de atividade. Assim, para que se alcançassem os objetivos propostos, durante a pesquisa, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, visitas de campo - entrevistas, aplicação de questionários e observação das

machambas - com as associações de camponeses de Inhambane, que disponibilizaram informações da produção agrícola relativas ao ano de 2015.

Neste âmbito, realizou-se a aplicação de um questionário às associações, que buscou compreender a organização destas, características dos membros, técnicas e recursos para produção, formas de comercialização, mercados reais/potencias e desafios. As respostas permitiram identificar aspectos que são forças, fraquezas, ameaças e oportunidades da produção e comercialização agrícola atual e que se constituem aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento da agroecologia, como alternativa ao sistema atual.

Em termos de resultados, constata-se que há potencial agrícola no município e que o este possui áreas, principalmente às zonas com baixas, com solos férteis. De igual modo existem áreas propícias para produção agroecológica localizadas próximas às lagoas naturais e pequenos riachos que ai ocorrem, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1 – Mapa de uso do solo



Fonte: CMCI, 2013.

A figura 1 mostra que há potencial e que o mesmo está disperso pelo município. Estas baixas abrigam machambas individuais, associações e empresas agrícolas. Estas associações possuem áreas de cultivo com dimensões variadas, sendo que umas são mais antigas e experientes que outras neste processo de produção.

De forma sintética, pelas características da comunicação e pelo volume de dados gerados pela aplicação do questionário, apresenta-se no quadro 2, a matriz SWOT/FOFA que sintetiza os resultados do trabalho de campo realizado.

Segundo Mintzeberg et al (2000) a matriz *SWOT/FOFA* teve suas origens na década de 1960 com o grupo de Administração Geral da Escola de Negócios de Harvard; constituindo a base da Escola do *Design* que está centrada nos quatro elementos de *SWOT*, que são: a avaliação dos pontos Fortes/*Strengths* e Fracos/*Weaknesses* (a visão interna), e a análise das Oportunidades/*Opportunities* e Ameaças/*Threats* (visão externa)⁸.

A matriz FOFA é uma ferramenta de gestão utilizada no processo de planejamento estratégico empresarial e que de igual modo é utilizada para o processo de planejamento estratégico territorial (que inclui o desenvolvimento agrário); esta deve ser usada para categorizar fatores significantes no ambiente interno e externo do território analisado (PICKTON e WRIGHT, 1998). Para Buarque (2002, p. 133), a matriz é “um método de organização de problemas e potencialidades e de ameaças e oportunidades que recorre a um diagrama que distribui tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores facilitadores e dificultadores, internos e externos”.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004) entende a matriz FOFA como uma ferramenta analítica que permite analisar as informações de um território e serve para examinar suas deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades com vista ao desenho de estratégias a serem desenvolvidas no território, no âmbito do planejamento estratégico. Tendo em vista as definições de Buarque (2002) e da OIT (2004), mostrou-se pertinente a utilização da presente matriz, neste estudo, pois a mesma ajudou na visualização situacional da gestão, produção e comercialização agrícola, neste município, e permitiu a identificação de estratégias de desenvolvimento agrícola de base agroecológica adequadas à realidade atual verificada no MI.

⁸ No presente trabalho será usada à abreviatura da tradução em português; comumente conhecida nas diferentes bibliografias que abordam o assunto, como Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

No presente estudo a matriz FOFA permitiu a identificação e listagem dos elementos reais, da agricultura, que representam forças e fraquezas, no ambiente interno do MI, e que representam oportunidades e ameaças, no ambiente externo do mesmo. O enquadramento geral dos elementos estudados, na matriz, permite a compreensão do estágio de desenvolvimento agrícola associado.

Quadro 2 - Análise FOFA do sector agrícola no município de Inhambane

FATORES INTERNOS		
ELEMENTOS	FORÇAS	FRAQUEZAS
Organização e Gestão	-Existência de organização de trabalho com estruturas de liderança; -Existência de associações com divisão de trabalho bem estabelecida; -Possuem objetivos a alcançar;	-Associações não formalizadas e reconhecidas pelas entidades legais; -Falta de cadastro das terras em nome das associações; -Inexistência de planos de desenvolvimento das associações.
Membros	-Existem membros que conhecem o trabalho de produção de alimentos.	-Membros com idades avançadas; -Fracá inserção dos jovens em práticas agrícolas; -Baixos níveis de escolaridade dos gestores das associações e associados.
Recursos	-Possuem áreas grandes/terra para a produção; -Experiências com fundos de desenvolvimento local de parte dos associados; - As associações produzem recursos financeiros com às vendas.	-Grande parte da terra das associações está ociosa; -Inexistência de energia disponível; -Invasão de água salgada nas machambas; -Há associações com machambas muito distantes das fontes de água para rega; -Há associações com drenagem inadequada de águas fluviais.
Técnicas	-Possuem conhecimento de produção agrícola;	-Uso de técnicas rudimentares para a prática da atividade; -Desconhecimento de técnicas de produção sustentável, gestão financeira, empacotamento e marketing, -Uso de agrotóxicos na produção; -Desconhecimento da componente prática de desenvolvimento da agroecologia; -Dois extensionistas para apoio às associações.
Produção	-Diversidade de produtos produzidos pelas associações.	-Produção majoritária de alface e couve em detrimento dos outros alimentos. -Produção com problemas de

		qualidade para abastecimento do mercado turístico.
Comercialização	- Há comercialização, na maioria dos casos, em feiras e mercados.	-Comercialização de produtos sem observância as normas de transporte e conservação. -Desconhecimento das modernas técnicas de comercialização atreladas as tecnologias de comunicação.
ELEMENTOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Financiamento	-Existência de financiamentos a projetos públicos e privados para a prática da agricultura.	-Existência de outras atividades socioeconômicas como a pesca e o comércio, por exemplo, que apresentam mais rentabilidade e regularidade. -Outras áreas e associações em municípios/distritos vizinhos que demandam financiamento.
Mercados	-Fluxo de turistas internacionais e nacionais; - Existência de instituições públicas que demanda alimentos para seus membros (cadeias e hospitais, por exemplo); -Abertura de novos supermercados no município de Inhambane e da Maxixe.	-Grande inserção dos produtos externos no mercado de Inhambane; -Inexistência de feiras e espaço físico adequado para comercialização dos produtos junto dos consumidores de maior renda; -Crise no setor do turismo.
Clima	-Condições para a produção de alimentos diversos.	-Eventos climáticos extremos no município como ciclones por exemplo; -Ausência de chuvas por longos períodos; -Inexistência de espaços adaptados para elevada incidência solar (estufas).
Outras	-Legislação para o setor agrícola; -Cerca de 70 mil Habitantes que demandam por alimentos.	-Pragas; -Custo elevado de sementes; -Poucas instituições nacionais e internacionais, bem como políticas públicas de apoio efetivo à agricultura; -Instrumentos de trabalho insuficientes.

Fonte: Dados resultantes da aplicação de questionários e realização de entrevistas em Inhambane (2015).

Fonte: Adaptado/Albert Humphrey, 1960-1970.

Dentre os elementos apresentados no quadro 2, pode-se observar que no ambiente interno, existem mais elementos de fraqueza que de força e no ambiente externo existem mais

elementos de ameaças do que de oportunidades, conforme ilustra, o quadro 3, a síntese dos resultados identificados da análise FOFA.

Quadro 3 – Síntese da análise FOFA

		ELEMENTOS QUE AJUDAM NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	ELEMENTOS QUE PERIGAM O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AMBIENTE	Interno	Forças 	Fraquezas 
	Externo	Oportunidades 	Ameaças 

Fonte: Adaptado/Albert Humphrey, 1960-1970.

Este cenário identificado requer, da parte dos intervenientes do setor agrícola, diretos e indiretos, maior preocupação com a organização deste importante setor. Esforços devem ser desenvolvidos para que as fraquezas e ameaças sejam mitigadas ou reduzidas e para que as forças e oportunidades sejam maximizadas.

O posicionamento negativo verificado não contribuirá para o desenvolvimento local, fato que não provocará dinâmicas locais sem que aconteça uma intervenção mais afinada do poder público, na esfera municipal, apoiada pelos órgãos de poder nacional e internacional.

Estímulos, principalmente os relacionados com o ensino/capacitação, devem ser criados para permitir que os jovens se integrem nos sistemas produtivos locais; inclui-se também a necessidade de se captarem investimentos externos que propiciem o repasse de conhecimentos técnicos sobre a produção e comercialização agrícola. É importante, igualmente, definir-se um plano municipal de desenvolvimento agrícola que estimule a agroecologia, pois, parte dos potenciais mercados dos produtos é a demanda de turistas internacionais que buscam por produtos alimentares saudáveis, fato que pode ser uma marca adicional do turismo que se realiza em Inhambane.

A boa saúde no contexto produtivo e da alimentação deve ser premissa central de quem governa para que se reduzam/evitem as doenças que se ocasionam por essas práticas e

para garantir alimentação saudável capaz de minimizar os impactos da má nutrição, realidade ainda observada neste município.

Considerações Finais

A agroecologia se constitui como uma alternativa à alimentação saudável e a um trabalho isento de riscos. Este modelo busca mudar os atuais paradigmas que se baseiam na monocultura para exportação, no uso intensivo de agrotóxicos e outros insumos químicos e na implementação de organismos geneticamente modificados. Enquanto modelo alternativo, várias experiências relatam que sua implementação garante resultados econômicos, sociais, ambientais e culturais positivos.

O município de Inhambane, por sua localização geográfica e pelos aspectos físicos e bióticos que apresenta, denota potencial para o desenvolvimento desta prática. Para além de propiciar a saúde via diversidade de alimentos orgânicos e agroecológicos na mesa dos munícipes e visitantes, este tipo de atividade vai de encontro às exigências dos turistas internacionais que buscam viagens sustentáveis, sendo atraídos por locais que privilegiem a produção local de produtos isentos de químicos que podem ser prejudiciais à saúde.

A implementação da agroecologia, neste município, requer mudanças de paradigmas culturais, técnicos e legais. Os atuais fomentadores da agricultura e potenciais produtores agroecológicos precisam de melhorar sua compreensão e experiências sobre a produção sustentável, incluindo técnicas de gestão financeira e comercialização. Os camponeses necessitam manter a união e os gestores públicos devem incrementar às atividades de apoio à agroecologia como forma de garantir mais empregos, diversificação da renda e soberania alimentar.

A potencialidade agroecológica identificada pode, a curto e médio prazo, caso sejam observadas às exigências determinadas para este tipo de agricultura, garantir o desenvolvimento local, pelos efeitos positivos que se podem alcançar. Vale referir que existe um amplo mercado (lares, escolas, cadeias, creches, turismo, entre outros) destes produtos que podem ser inseridos, por meio de um projeto pragmático de desenvolvimento da agroecologia. O projeto de parceria entre a universidade brasileira e moçambicana busca

levantar este debate no município e instigar aos diversos intervenientes a atuarem em direção de ações sustentáveis e propiciadoras de desenvolvimento local.

Referências

ALTIERI, Miguel. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p.1-11, jan/jun. 2010.

ANDRADE, Ana Paula Cavalheiro de. **Princípios de Ecologia aplicados à Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2013.

AZEVEDO, Helsio A. M. de A. **A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique**. 2014. 267 f. Tese (Doutoramento em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

BILÉRIO, Bernardino. Papel dos governos (autarquias) locais na consolidação da democracia em Moçambique: 1998-2006. Caso do município de Inhambane. In: **Conferencia inaugural do IESE – Desafios para a investigação social e econômica em Moçambique**, Maputo: 2007.

BRASIL. Governo Federal. **Plano nacional de agroecologia e produção orgânica**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2013.

BUARQUE, Sergio C.. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Brasil Agroecológico: Considerações da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) sobre a importância estratégica da agroecologia para o PPA 2016 – 2019**. Articulação Nacional de Agroecologia, Brasília, 18 mar. de 2015. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/>. Acesso em: 03 jul. 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE. **Plano de estrutura do município de Inhambane 2013**. Inhambane: CMCI, 2013.

FARIA, Lívia Mara Siqueira. Aspectos gerais da Agroecologia no Brasil. **Revista Agrogeoambiental**. Inconfidentes, v. 6, n. 2, p. 1-12, ago. 2012.

GARCÍA, María Carrascosa. **Experiências brasileiras com sementes crioulas: relato de uma viagem (bio)diversa**. Rio de Janeiro: PESAGRO, 2004.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **A Cartilha Agroecológica**. Botucatu, SP: Criação Ltda, 2005.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Tradução de Francisco Roberto Caporal. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA, 2002, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Emater RS, 2002. p.1-16.

UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES. **Manifesto da UNAC**. Maputo: União Nacional dos Camponeses, 2007.

MEIRELLES, Laércio Ramos et. al. **Biodiversidade: Passado, presente e futuro da humanidade**. Rio Grande do Sul: *Centro Ecológico*, out. 2006.

MINTZEBERG, Henry et al. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas do distrito da Cidade de Inhambane**. Maputo: INE, 2010.

NHANTUMBO, Emídio S. **Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no MI**. Inhambane: UEM, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Glossário de conceitos e termos: turismo e desenvolvimento local**. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT, 2004.

PICKTON, David W.; WRIGHT, Sheila. What's swot in strategic analysis?. **Starategic Chance**. Vol. 7. 1998, pp.101-109.

SANTOS, Rozely F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficinas de Textos, 2004.

Sobre os autores

Helsio Amiro Motany de Albuquerque Azevedo

Graduado em Turismo pela Universidade Eduardo Mondlane (2006), mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília (2009) e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Atualmente é docente na categoria de Professor Auxiliar e Diretor-Adjunto para a Investigação e Extensão na Universidade Eduardo Mondlane, Escola Superior de Hotelaria e Turismo. Foi bolsista da CAPES no programa PEC-PG (Doutoramento) e bolsista CNPq (Mestrado).

Mariana Pontes Campos

Graduanda em Geografia (Licenciatura) pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, na Universidade Federal de Goiás. Durante a graduação realizou pesquisas e estudos relacionados à Geografia Urbana e Geografia Cultural. Realizou intercâmbio em Inhambane, Moçambique por meio do projeto financiado pela CAPES: Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e

experiências de economia criativa do cerrado brasileiro as savanas em Inhambane/Moçambique. Atualmente atua nas linhas de pesquisa relacionadas à Agroecologia e Educação Ambiental. Participa ativamente da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil.

Artigo recebido em Maio de 2016

Artigo aceito para publicação em Junho de 2016